



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL
 Departamento de Compras
 Divisão de Licitações e Contratos

Relatório SEI-GDF n.º 209/2022 - NOVACAP/PRES/DA/DECOMP/DILIC

Brasília-DF, 18 de julho de 2022

RESPOSTA A QUESTIONAMENTO**Ref.: CONCORRÊNCIA nº 006/2022 – DECOMP/DA**

Objeto: Contratação pelo Distrito Federal, por meio da Secretaria de Estado da Mulher - SMDF, de empresa especializada para a construção de unidade da Casa da Mulher Brasileira em diversos locais no DF, devidamente especificado no Projeto Básico e no Edital e seus anexos.

1. DA INTRODUÇÃO

Contratação de empresa para construção de unidade da Casa da Mulher Brasileira em diversos locais do Distrito Federal.

A Concorrência nº 006/2022 – DECOMP/DA, teve seu edital publicado no DODF nº 121, dia 30 de junho de 2022, pg. 76 (Sei 90032653), no DOU nº 123, de 01 de julho de 2022, pg. 264 (Sei 90109757), e no Caderno de Classificados&Editais do Jornal de Brasília do dia 01 de julho de 2022 (Sei 90032866), com abertura do certame prevista para o dia 02 de agosto de 2022, às 09:00h.

No dia 29 de junho de 2022, foi apresentado pedido de esclarecimento, conforme documento (Sei 89782863).

2. DA TEMPESTIVIDADE

Primeiramente, cumpre demonstrar a tempestividade e o cabimento da presente pedido de esclarecimento, eis que atende a todas as disposições constantes da legislação em vigência e do Instrumento Convocatório, ou seja, o questionamento foi apresentado no prazo superior aos 2 (dois) dias úteis previstos no subitem 31.2 do Edital.

3. DAS ALEGAÇÕES DA REQUERENTE

Em suas razões (Sei 90766594), a empresa XXXX fez o seguinte questionamento:

Subitem: 10.1. Serão desclassificadas as propostas que apresentarem valores unitários e/ou global, superiores ao limite estabelecido, tendo-se como limite estabelecido o orçamento estimado do serviço, ou ainda com preços, manifestamente inexequíveis.

Questionamento:

Os valores da Planilha estimada de serviços que foi orçada pela NOVACAP, e que estão sendo usados como preço base no certame licitatório, são da tabela SINAPI JULHO/2021, a qual está defasada em 12 meses. Tendo valores que de serviços que sofreram acréscimos em termos percentuais entre 18% à 27,9%, conforme demonstra quadro comparativo abaixo:

Comparação dos reajustes dos valores de itens tirados do orçamento do edital, com os valores da tabela sinapi mais atual (Maio de 2022):

	ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT.	CUTO UNITÁRIO (R\$)	BOI	PREÇO UNITÁRIO (R\$) C/BOI	PREÇO TOTAL (R\$) C/BOI
SINAPI DO EDITAL JUL/2021	02.02.330.02	95876	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 14 MT, EM VIA URBANA PAVIMENTADA, ONTE ATÉ 30 KM (UNIDADE: METER/KM)	M3/KM	491,52	R\$1,58	0,2094	5,91	938,05
SINAPI ATUALIZADA MAI/2022	02.02.330.02	95876	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 14 MT, EM VIA URBANA PAVIMENTADA, ONTE ATÉ 30 KM (UNIDADE: METER/KM)	M3/KM	491,52	R\$1,96	0,2094	2,37	1.564,57

Relação entre os valores:

SINAPI	Cuto unitário	Rajuste do valor	
		unitário	%
Edital - Jul/2021	R\$ 1,58	-	-
Atualizada - Mai/2022	R\$ 1,96	0,38	24,1%

	ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT.	CUTO UNITÁRIO (R\$)	BOI	PREÇO UNITÁRIO (R\$) C/BOI	PREÇO TOTAL (R\$) C/BOI
SINAPI DO EDITAL JUL/2021	03.01.504.1	96557	CONCRETAGEM DE BLOCOS DE CONCRETO E VIGAS BALIZADORAS, FOX 30 MPa, COM USO DE BOMBA LANÇAMENTO, ADEQUAMENTO E ACABAMENTO. AF_06/2017	M3	453	R\$420,84	0,2094	508,48	2.303,43
SINAPI ATUALIZADA MAI/2022	03.01.504.1	96557	CONCRETAGEM DE BLOCOS DE CONCRETO E VIGAS BALIZADORAS, FOX 30 MPa, COM USO DE BOMBA LANÇAMENTO, ADEQUAMENTO E ACABAMENTO. AF_06/2017	M3	453	R\$597,62	0,2094	650,20	2.945,40

Relação entre os valores:

SINAPI	Cuto unitário	Rajuste do valor	
		unitário	%

Edital - Jul/2021	R\$	420,44	-	-
Atualizada - Mai/2022	R\$	537,62	117,18	27,9%

	ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT.	CUTO UNITÁRIO (R\$)	BDI	PREÇO UNITÁRIO (R\$) C/BDI	PREÇO TOTAL (R\$) C/BDI
SINAPI DO EDITAL JUL/2021	04.01.512.03	87260	REVESTIMENTO CERÂMICO PARA PISO COM PLACAS TIPO PORCELANATO DE DIMENSÕES 60x60 CM APLICADA EM AMBIENTES DE ÁREA MAIOR QUE 10 M². AF_06/2004	M²	211,02	88,21	0,2094	106,68	22.511,61
SINAPI ATUALIZADA MAI/2022	04.01.512.03	87260	REVESTIMENTO CERÂMICO PARA PISO COM PLACAS TIPO PORCELANATO DE DIMENSÕES 60x60 CM APLICADA EM AMBIENTES DE ÁREA MAIOR QUE 10 M². AF_06/2004	M²	211,02	104,79	0,2094	126,73	26.743,20

Relação entre os valores:

SINAPI		Cuto unitário	Rajuste do valor	
			unitário	%
Edital - Jul/2021	R\$	88,21	-	-
Atualizada - Mai/2022	R\$	104,79	16,58	18,8%

Diante do exposto, solicitamos que a Novacap analise esse questionamento e faça as correções devidas nos valores de orçamento, à fim de trazer para a realidade atual o valor base exequível da obra.

Desde já agradecemos a atenção e ficamos no aguardo das definições.

É o breve relatório.

4. DA ANÁLISE DO QUESTIONAMENTO

Em se tratando de aspecto eminentemente técnico, os autos foram encaminhados à área demandante, no termo do Despacho NOVACAP/PRES/DA/DECOMP/DILIC (Sei 90766761). Em resposta, a área demandante exarou a Nota Técnica 6 (Sei 91111902), nos seguintes moldes:

Resposta da Área Técnica:

"Eslarecimentos do DETEC/ NOVACAP:
Conforme item 17.4 do projeto básico (Sei 89926864)

17.4 Do reajustamento:

17.4.1 Em período inferior a um ano, os preços serão fixos e irreajustáveis, de acordo com o art. 28 da Lei nº 9.069/1995.

17.4.2 A Contratada fará jus a reajustamento contratual a partir de 12 meses da data-base de elaboração do orçamento, automaticamente, desde que não haja atraso na execução dos serviços por culpa da CONTRATADA, aplicando-se o índice especificado no subitem 17.4.5, da seguinte forma, por Lote:

LOTE 1 - Contratação de empresa especializada para a construção da Casa da Mulher Brasileira, situada na Área Especial - AE 11, Centro de Múltiplas Atividades, no Centro, em São Sebastião, DF, cujo reajustamento contratual se dará a partir de 12 meses da data-base de elaboração do orçamento (agosto/2021);

LOTE 2 - Contratação de empresa especializada para a construção da Casa da Mulher Brasileira, situada na Área Especial - AE 06 COER, Quadra 01, Setor Oeste, Sobradinho II, DF, cujo reajustamento contratual se dará a partir de 12 meses da data-base de elaboração do orçamento (julho/2021);

LOTE 3 - Contratação de empresa especializada para a construção da Casa da Mulher Brasileira, situada na Av. Buriti, Quadra 203, Lote 14, no Recanto das Emas, DF, cujo reajustamento contratual se dará a partir de 12 meses da data-base de elaboração do orçamento (agosto/2021).

17.4.2.1 Foi adotada a data-base de elaboração do orçamento (agosto/2021, para os Lotes 1 e 3, e julho/2021 para o Lote 2) como marco inicial para fins de reajustamento contratual, visando recuperar as variações nos preços ocorridas durante esse interregno, de tal modo que a futura contratada tenha condições de executar o contrato nas condições estabelecidas na licitação, sem prejuízo de pleitos de reequilíbrio econômico financeiro do eventual contrato, se couber e se devidamente comprovado, uma vez que:

17.4.2.1.1 Os recursos são oriundos de Contrato de Repasse junto à união;

17.4.2.1.2 As planilhas estimativas referenciais foram devidamente submetidas e aprovadas pela entidade financiadora (CEF) e, em caso de alteração ou atualização, precisariam, novamente, ser submetidas à análise. Tal situação é agravada pelo fato de que não temos ingerência alguma nos prazos de análise da entidade financiadora (CEF), o que torna ainda mais complexa a tarefa de manter as planilhas estimativas sempre atualizadas;

17.4.2.1.3 Uma nova atualização da planilha estimativa demandaria extensão nos prazos previstos para contratação em questão.

17.4.3 A concessão de reajuste contratual para itens acrescidos ao contrato demandará a deflação dos preços, desde a época da cotação até a data-base original do contrato, a partir da qual serão reajustados pelos mesmos índices setoriais aplicados na deflação.

17.4.4 Para fins de definição, entende-se que a data-base de elaboração do orçamento se refere à data da tabela referencial vigente à época, da qual foram extraídos os preços para a composição do valor global da licitação, e não à data de conclusão ou salvamento da planilha estimativa elaborada pela NOVACAP, conforme fundamentação abaixo:

17.4.4.1 Considerando que o Tribunal de Contas da União, por meio do Acórdão nº 19/2017 – TCU – Plenário, fixou o entendimento, no item 9.5.1. que "em futuras licitações de obras públicas, quando se demonstrar demasiadamente complexa e morosa a atualização da estimativa de custo da contratação, adote como marco inicial para efeito de reajustamento contratual a data-base de elaboração da planilha orçamentária, nos termos do art. 40, inciso XI, da Lei 8.666/1993 e do art. 3º, §1º, da Lei 10.192/2001", em alinhamento aos trechos abaixo transcritos:

"(...)

24. Como se vê, o gestor público pode adotar discricionariamente dois marcos iniciais distintos para efeito de reajustamento dos contratos: (i) a data limite para apresentação da proposta; e (ii) a data do orçamento. Ocorre que o segundo critério se mostra mais robusto, pois reduz os problemas advindos de orçamentos desatualizados em virtude do transcurso de vários meses entre a data-base da estimativa de custos e a data de abertura das propostas.

25. Por esse motivo, entendo pertinente recomendar ao MPOG que, em futuras licitações de obras públicas, quando se demonstrar demasiadamente complexa a atualização da estimativa orçamentária da contratação, adote como marco inicial para efeito de reajustamento contratual a data-base de elaboração da planilha orçamentária." (grifo nosso)

17.4.4.2 Considerando o entendimento extraído de outros trechos do supracitado Acórdão nº 19/2017 – TCU Plenário, que demonstram que a mencionada "data-base do orçamento estimativo da contratação" trata-se da data-base do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil (Sinapi), conforme é possível ser constatado abaixo:

"(...)

9. A data-base do orçamento estimativo da contratação é janeiro/2016, mas a data de abertura das propostas se efetivou apenas em setembro/2016. No entender da empresa representante, tal defasagem teoricamente não traria qualquer problema caso a data-base para efeitos de reajustamento contratual também fosse referenciada a janeiro/2016. Ocorre que a cláusula 15.1 do edital previu como marco inicial para a realização do reajuste a data da entrega da proposta, e não a data do orçamento de referência elaborado pela Administração. Assim, de fato, verificou-se considerável defasagem, de nove meses, entre o orçamento estimado e a abertura das propostas.

10. Quanto a esse ponto, o MPOG alegou em sua manifestação que, em agosto de 2016, data anterior ao lançamento do edital, fora verificada a compatibilidade dos preços orçados com os de mercado, observando-se que a mudança da data-base do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil (Sinapi) e do Sistema Boletim de Custos (SBC) para agosto/2016 proporcionaria um acréscimo de somente 0,72% no valor total da obra.

11. Ademais, houve uma considerável valorização da moeda nacional frente ao dólar americano entre janeiro e agosto de 2016, o que reduziria o valor total do orçamento em aproximadamente 4%, já que vários insumos constantes da planilha orçamentária são importados.

12. Portanto, o MPOG entendeu que, apesar do período transcorrido, o orçamento ainda respeitava os atributos de temporalidade e de aproximação, visto que a valorização da moeda nacional forneceu equilíbrio ao orçamento frente ao aumento dos preços do Sinapi e do SBC, tornando possível o relançamento do edital com a planilha orçamentária com data base de janeiro/2016." (grifo nosso)

17.4.4.3 Considerando o entendimento extraído de outro Acórdão, de nº 2265/2020 - TCU Plenário, de Relatoria do Ministro Benjamin Zymler:

"Contrato Administrativo. Reajuste. Prazo. Marco temporal. Proposta. Orçamento estimativo. Obras e serviços de engenharia. Embora a Administração possa adotar, discricionariamente, dois marcos iniciais distintos para efeito de reajustamento dos contratos de obras públicas, (i) a data limite para apresentação das propostas ou (ii) a data do orçamento estimativo da licitação (art. 40, inciso XI, da Lei 8.666/1993 e art. 3º, § 1º, da Lei 10.192/2001), o segundo critério é o mais adequado, pois reduz os problemas advindos de orçamentos desatualizados em virtude do transcurso de vários meses entre a data-base da estimativa de custos e a data de abertura das propostas". (grifo nosso)

17.4.4.4 Considerando ainda que, a despeito da data de conclusão da planilha orçamentária, indicada na capa do documento, ser de 13/04/2022 (Lote 1), 14/04/2022 (Lote 2) e 30/03/2022 (Lote 3), os preços obtidos são os constantes da tabela referencial indicada, cuja data/base é 01/08/2021 (para os Lotes 1 e 3) e 01/07/2021 (no caso do Lote 2).

17.4.5 Para efeito de reajuste do futuro contrato, deverá ser adotado o(s) seguinte(s) índice(s):

17.4.5.1 Para equipamentos: Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPC-A, apurado mensalmente pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE);

17.4.5.2 Para demais serviços e itens: Custo da construção – municípios das capitais – base: ago. 94 = 100 - Brasília - Col. 18 ou Custo nacional da construção civil e obras públicas – por tipo de obras – outros tipos de obras - Edificações - Col. 35, ambos apurados pelo Instituto Brasileiro de Economia - IBRE/FGV, sendo adotado o que apresentar menor variação após apuração do período de 12 meses, contados da data de apresentação da proposta.

A apuração da variação se dará por meio da aplicação da seguinte fórmula:

$$R = (I - I_0) \div I_0$$

Onde:

R = Fator de reajustamento

I = Índice referente à data-base de elaboração do orçamento + 12 meses

I₀ = Índice referente ao mês da data-base de elaboração do orçamento"

5. CONCLUSÃO

Sendo essas as informações, consideramos atendido o Questionamento apresentado.

A presente resposta ao pedido de esclarecimento ficará disponível e divulgada no seguinte endereço eletrônico: <http://app.novacap.df.gov.br/sislicitapublica/> (portal da NOVACAP).

LADÉRCIO BRITO SANTOS FILHO

Chefe do DECOMP/DA



Documento assinado eletronicamente por **LADÉRCIO BRITO SANTOS FILHO - Matr.0973557-7, Chefe do Departamento de Compras**, em 18/07/2022, às 16:58, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0
 verificador= **91233262** código CRC= **B752506F**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

Setor de Áreas Públicas - Lote B - Bairro Guará - CEP 70075-900 - DF